



Judicialização do processo de impeachment de Dilma foi destaque

A judicialização do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff foi destaque nesta semana. Na quinta-feira (14/4), após sete horas de sessão, o Supremo Tribunal Federal negou cinco ações que contestavam a votação do pedido de abertura de processo de *impeachment* da presidente. A sessão começou às 18h e terminou à 1h.

Em um dos processos analisados a Advocacia-Geral da União alegou que não foi respeitada a ampla defesa durante a aprovação do relatório favorável à abertura do processo. No entanto, por maioria, os ministros decidiram que o Plenário da Câmara decidirá sobre as denúncias feitas contra a presidente, e não o relatório. Por isso, o espaço para a ampla defesa e contraditório não seria ali. *Clique [aqui](#), [aqui](#) e [aqui](#) para ler as notícias.*

Advocacia no Simples

Uma [liminar da 5ª Vara Federal](#) do Distrito Federal obrigou a Receita Federal a incluir as sociedades unipessoais de advocacia no Simples Nacional. A liminar determinou que a Receita Federal conceda 30 dias para que sociedades unipessoais de advocacia optem pela adesão do Simples. No dia seguinte à liminar, em uma tentativa de resolver a questão em definitivo, o deputado federal Wadih Damous (PT-RJ) [apresentou projeto de lei](#) que altera a Lei Complementar 123/2006, incluindo expressamente a sociedade unipessoal de advocacia no rol de beneficiados pelo regime simplificado. Para a Receita os advogados não podem optar por este regime tributário por não existir previsão expressa na lei.

Falta de verbas

Caso o corte orçamentário estabelecido para 2016 seja mantido, a Justiça do Trabalho irá ficar paralisada a partir de julho. Não se trata de greve, mas falta de recursos para insumos básicos como pagamento de conta de água, energia e salário de servidores. A [previsão foi feita](#) pela desembargadora Silvia Regina Pondé Galvão Devonald, presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, em uma manifestação contra o corte de verbas.

O corte de verbas também afetou o Superior Tribunal de Justiça. Para reduzir as despesas, a corte [anunciou a redução](#) em quatro horas diárias o expediente de todas as suas unidades administrativas. A medida já é válida desde o dia 11 de abril. O atendimento ao público, no entanto, permanece das 11h às 19h.



Entrevista da Semana

"Possibilidade de juiz ponderar normas consagra o irracionalismo no novo Código de Processo Civil", afirma o juiz federal Eduardo José da Fonseca Costa, presidente da recém-fundada Associação Brasileira de Direito Processual (ABDPro). Para ele, a ciência processual brasileira precisa libertar-se da influência excessiva do Direito italiano e abrir-se mais às influências jurídicas de outros países. Somente assim, argumenta, as leis evoluirão e o processo passará a funcionar bem no Brasil. *Clique [aqui](#) para ler a entrevista.*

Audiência

Medição do Google Analytics aponta que a **ConJur** recebeu 946,5 mil de visitas e teve 1,5 milhões de visualizações de página entre os dias 8 e 14 de abril. A quinta-feira (14/4) foi o dia com mais acessos, quando o site recebeu 166,1 mil visitas.

O texto mais lido, com 15,8 mil visitas, foi a notícia sobre a falta de verba na Justiça do Trabalho, o que segundo a presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, Silvia Regina Devonald, pode fazer com que a Justiça do Trabalho pare a partir de julho. "Isso [*o corte*] vai inviabilizar a Justiça do Trabalho sim. A partir de julho, se não vier dinheiro, vamos ter um problema seriíssimo de manutenção nos fóruns", disse. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

Com 13,4 mil leituras, ficou em segundo lugar o texto do advogado Lenio Streck no qual questiona por que é mais fácil tirar um presidente em um processo de *impeachment* do que cassar um deputado. "Como é possível que Eduardo Cunha faça tudo o que faz e ninguém o impeça?; Como é possível que a comunidade jurídica aceite passivamente — quando não concorda explicitamente — com a fragilização do Direito?", questiona Streck. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

As 10 mais lidas na semana de 8 a 14 de abril

[Justiça do Trabalho em SP ameaça parar em julho por falta de verba](#)
[Pai, por que eu devo obedecer a norma que diz que Cunha pode tudo?](#)
[Novo CPC traz mudanças no cumprimento definitivo de sentença](#)
[Em parecer sobre Lula, Janot acusa Dilma de crime de responsabilidade](#)
[Argumento simples tirou Paulo Maluf da lista de procurados da Interpol](#)
[CNJ vota na terça-feira readequação de servidores no Judiciário](#)
[Advocacia japonesa enfrenta crise por falta de problemas jurídicos](#)
[Novo CPC traz inúmeras mudanças nos prazos processuais](#)
[Política e moral 10 x 0 Direito: e Deus mandará um exército de anjos](#)
[Direito das Sucessões e tutela de evidência no novo CPC](#)

As 10 mais lidas na semana de 1 a 7 de abril

[Operadora informou juiz Sergio Moro sobre grampo em escritório de advocacia](#)
[Advocacia japonesa enfrenta crise por falta de problemas jurídicos](#)
[CNMP demite procurador da República que batia na mulher](#)



[O panorama das tutelas provisórias no novo Código de Processo Civil](#)
[Moro criou novo tipo de extinção de punibilidade: pedido de desculpas](#)
[Novo CPC traz mudanças no cumprimento definitivo de sentença](#)
[Escritório e advogado são condenados por "garantir" ganho de causa a clientes](#)
[Citando violações à Constituição, estado do Rio vai ao Supremo contra o novo CPC](#)
[Agressões ao Direito Financeiro dão razões para o impeachment](#)
[Supremo derruba decisão de Moro que divulgou grampo de Dilma](#)

Manchetes da Semana

[Supremo valida ordem definida por Cunha para votação do impeachment de Dilma](#)
[TST invade competência do Supremo ao mudar índice de correção, diz PGR](#)
[Não incide acréscimo de juros sobre precatórios e RPVs, decide TRF-4](#)
[Ministério Público deve ter acesso a ordem de missão da PF, julga 2ª Turma do STJ](#)
[Liminar no Supremo libera RS para pagar dívida com União usando juros simples](#)
[Receita é obrigada a incluir sociedade individual de advogado no Simples](#)
[Prescrição de crime pela pena projetada não tem amparo legal, reafirma TJ-RS](#)
[Demora injustificada na restituição de tributo dá direito a correção monetária](#)
[Crédito anterior ao pedido de recuperação judicial se submete à Lei de Falências](#)
["Possibilidade de juiz ponderar normas consagra o irracionalismo no novo CPC"](#)
[Falta de espaço para negociação dificulta recuperações no Brasil, dizem professores](#)
[Em meio a novidades, ministro Gilmar Mendes lidera TSE em salto no escuro](#)
[STJ reduz expediente em quatro horas para se adequar a cortes orçamentários](#)

Date Created

16/04/2016